

GARANTIA LEGAL

Os produtos Apple e todos os produtos comprados na Apple, incluindo os produtos que não sejam de marca Apple, estão cobertos por uma garantia legal de 2 anos pela falta de conformidade, nos termos da Lei das Garantias (Decreto-Lei n.º 67/2003, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2008).

De acordo com a Lei das Garantias, os consumidores têm o direito de obter do vendedor, assim como, se os pressupostos legais estiverem preenchidos, do produtor, a reparação ou a substituição dos produtos, de forma gratuita e sem qualquer encargo, quando um defeito de conformidade se manifeste no prazo de 2 anos a contar da data da entrega. Neste prazo de 2 anos, os consumidores podem também, sem qualquer encargo, optar por pedir ao vendedor a redução adequada do preço ou a resolução do contrato. Os consumidores podem exercer qualquer dos direitos acima referidos contra o vendedor, salvo quando tal se manifeste impossível ou constitua abuso de direito, nos termos gerais. Sem prejuízo dos direitos que lhes assistem perante o vendedor, os consumidores podem optar por exigir directamente do produtor a reparação ou substituição dos produtos, salvo se tal se manifestar impossível ou desproporcionado. Os consumidores deverão denunciar ao vendedor o defeito no prazo de 2 meses a contar da data em que tenham detectado tal defeito.

* * *

Esta página contém:

- Uma "NOTA EXPLICATIVA SOBRE AS CONDIÇÕES PARA SOLICITAR / OBTER AS SOLUÇÕES PREVISTAS NA GARANTIA LEGAL" que clarifica o que deve ser feito no caso do produto da Apple ter um defeito; e
- O texto integral da Lei das Garantias

* * *

NOTA EXPLICATIVA SOBRE AS CONDIÇÕES PARA SOLICITAR / OBTER OS REMÉDIOS DA GARANTIA LEGAL

1. Quem é susceptível de beneficiar dos direitos legais consagrados na Lei das Garantias?

Só consumidores - i.e., pessoas individuais a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios – podem beneficiar da garantia legal. Desta forma, os produtos adquiridos e que são descritos numa

factura, indicando o número de registo do IVA de uma empresa ou de um profissional, não são susceptíveis de beneficiar do regime da Lei das Garantias.

2. Como/quando é que é possível requerer as soluções contidas na garantia legal?

De acordo com a Lei das Garantias, os consumidores têm o direito de obter do vendedor, assim como, se os pressupostos legais estiverem preenchidos, do produtor, a reparação ou a substituição dos produtos, de forma gratuita e sem qualquer encargo, quando um defeito de conformidade se manifeste no prazo de 2 anos a contar da data da entrega. Neste prazo de 2 anos, os consumidores podem também, sem qualquer encargo, optar por pedir ao vendedor a redução adequada do preço ou a resolução do contrato. Os consumidores podem exercer qualquer dos direitos acima referidos contra o vendedor, salvo quando tal se manifeste impossível ou constitua abuso de direito, nos termos gerais. Sem prejuízo dos direitos que lhes assistem perante o vendedor, os consumidores podem optar por exigir directamente do produtor a reparação ou substituição dos produtos, salvo se tal se manifestar impossível ou desproporcionado. Os consumidores deverão denunciar ao vendedor o defeito no prazo de 2 meses a contar da data em que tenham detectado tal defeito.

Os consumidores podem exercer os direitos da garantia legal, desde que façam prova da compra do produto (por exemplo, recibo / factura). Assim sendo, é importante guardar sempre o documento comprovativo da compra relativo ao produto em questão.

3. O que é uma falta de conformidade?

Conforme estipulado no artigo 2.º da Lei das Garantias, presume-se que os produtos têm uma falta de conformidade se se verificar algum dos seguintes factos:

- (i) Não serem conformes com a descrição que deles é feita pelo vendedor ou não possuírem as qualidades do bem que o vendedor tenha apresentado ao consumidor como amostra ou modelo;
- (ii) Não serem adequados ao uso específico para o qual o consumidor os destine e do qual tenha informado o vendedor quando celebrou o contrato e que o mesmo tenha aceite;
- (iii) Não serem adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo;
- (iv) Não apresentarem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que o consumidor pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo vendedor, pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.

De acordo com a Lei das Garantias, qualquer falta de conformidade, que se manifeste num prazo de 2 anos a contar da data da entrega do produto, presume-se existente já à data da entrega, salvo quando esta presunção for incompatível com a natureza do produto ou com as características da falta de conformidade.

Se o produto ou parte do produto tiver sido substituído, o produto sucedâneo goza de um novo prazo de garantia de 2 anos, a contar da data da sua entrega

O prazo de 2 anos suspende-se, a partir da data da denúncia do defeito ao vendedor (ou ao produtor), durante o período em que o consumidor estiver privado do uso do produto por a situação estar a ser resolvida.

4. O que fazer quando o produto comprado na Apple Online Store tem uma falta de conformidade?

Caso o consumidor verifique que um produto comprado na Apple Online Store tem uma falta de conformidade, ele/a poderá contactar o centro de contacto da Apple através do número de telefone abaixo indicado.

O centro de contacto da Apple irá analisar o problema detectado de acordo com os pontos 1 a 3 supra. Se o problema não puder ser resolvido por telefone e /ou se, para verificar se existe uma efectiva falta de conformidade, for necessário um diagnóstico técnico, o consumidor será reencaminhado para um Prestador de Serviços Autorizado da Apple ("PSAA").

Nos casos em que se confirme a falta de conformidade, de acordo com os pontos 1, 2 e 3 supra, o consumidor terá direito a obter da Apple a reparação ou substituição gratuita do produto defeituoso, a redução adequada do preço ou a resolução do contrato, sem qualquer encargo. O consumidor pode optar por exercer qualquer um destes direitos, salvo se tal se manifestar impossível ou constituir manifesto abuso de direito, de acordo com as regras gerais de direito.

Nota: os direitos acima referidos só se aplicam a produtos que tenham sido comprados na Apple Online Store por um consumidor em Portugal.

5. O que fazer quando um produto que não foi comprado na Apple Online Store tem uma falta de conformidade?

Os consumidores que compram produtos Apple em Portugal podem requerer os benefícios da garantia legal ao vendedor directo do produto, desde que as condições estabelecidas na Lei das Garantias estejam verificadas.

Os consumidores podem também dirigir o seu pedido de reparação ou de substituição à Apple, enquanto produtor, contactando, para o efeito, o Centro de Contacto da Apple através do

número de telefone abaixo indicado. Os detalhes de contacto da Apple são também indicados no seguinte link <http://www.apple.com/pt/contact/>.

O centro telefónico de apoio ao cliente da Apple irá analisar o problema detectado de acordo com os pontos 1 a 3 supra . Se o problema não puder ser resolvido por telefone e/ou se, para verificar se existe um efectivo defeito de conformidade, for necessário um diagnóstico técnico, o consumidor será reencaminhado para um Prestador de Serviços Autorizado da Apple ("PSAA").

Nos casos em que se confirme uma falta de conformidade, de acordo com os pontos 1, 2 e 3 supra, o consumidor terá direito a obter da Apple a reparação ou substituição gratuita do produto defeituoso, sem qualquer encargo, a menos que:

(i) se manifeste impossível ou desproporcionado, tendo em conta o valor que o produto teria se não existisse a falta de conformidade, a importância da falta de conformidade, e a possibilidade de a solução alternativa ser concretizada sem grave inconveniente para o consumidor, ou

(ii) a Apple prove que (1) a falta de conformidade deriva exclusivamente de declarações do vendedor sobre o produto e a sua utilização ou da má utilização, (2) não colocou o produto em circulação, (3) o defeito não existia no momento em que colocou o produto em circulação (4) o produto não foi fabricado para venda ou qualquer outra forma de distribuição com fins lucrativos ou não foi fabricado ou distribuído no quadro da actividade da Apple, ou (5) já decorreram mais de 10 anos desde que o produto foi colocado em circulação.

6. Exame, assistência e custos associados

Nos casos em que um produto comprado na Apple Online Store é examinado por um PSAA, o consumidor recebe um recibo com um número único de reclamação. Quando o consumidor entrar em contacto com o PSAA para verificar o estado da reclamação, poderá utilizar este número que o identificará, assim como ao produto que está a ser examinado.

No caso de resultar do exame feito ao produto que existe uma falta de conformidade (nos termos descritos no ponto 3 *supra*), o consumidor será informado do tempo estimado para a reparação, o qual não deverá ser superior a 30 dias.

Caso resulte do exame feito que o produto não apresenta uma falta de conformidade (como descrito no ponto 3 *supra*) -por exemplo, se o defeito for uma consequência do mau uso ou uso abusivo do produto pelo consumidor-, o PSAA entrará em contacto com o consumidor para o/a informar sobre a natureza do defeito, assim como, sobre os custos estimados para o serviço.

Caso a Lei das Garantias não se aplique, o PSAA submeterá à aprovação do consumidor o preço estimado para os custos do serviço antes de o serviço ter início.

Quando um consumidor solicitar o suporte técnico da Apple para um produto que não tenha uma falta de conformidade, a Apple informará o consumidor sobre os custos de apoio técnico, sendo que, esse custo será integralmente suportado pelo consumidor.

Número do centro de contacto da Apple: 800 207 983

Detalhes de contacto da Apple:

Apple Distribution International

Hollyhill Industrial Estate

Hollyhill, Cork

Republic of Ireland

* * *

TEXTO INTEGRAL DA LEI DAS GARANTIAS

Artigo 1.º

Objecto

1 – O presente diploma procede à transposição para o direito interno da Directiva n.º 1999/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio, relativa a certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, com vista a assegurar a protecção dos interesses dos consumidores, tal como definidos no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho.

2 – *(Revogado)*

Artigo 1.º-A

Âmbito de aplicação

1 – O presente decreto-lei é aplicável aos contratos de compra e venda celebrados entre profissionais e consumidores.

2 – O presente decreto-lei é, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, aos bens de consumo fornecidos no âmbito de um contrato de empreitada ou de outra prestação de serviços, bem como à locação de bens de consumo.

Artigo 1.º-B

Definições

Para efeitos de aplicação do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:

- a) «Consumidor», aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho;
- b) «Bem de consumo», qualquer bem imóvel ou móvel corpóreo, incluindo os bens em segunda mão;
- c) «Vendedor», qualquer pessoa singular ou colectiva que, ao abrigo de um contrato, vende bens de consumo no âmbito da sua actividade profissional;
- d) «Produtor», o fabricante de um bem de consumo, o importador do bem de consumo no território da Comunidade Europeia ou qualquer outra pessoa que se apresente como produtor através da indicação do seu nome, marca ou outro sinal identificador no produto;
- e) «Representante do produtor», qualquer pessoa singular ou colectiva que actue na qualidade de distribuidor comercial do produtor e ou centro autorizado de serviço pós-venda, à excepção dos vendedores independentes que actuem apenas na qualidade de retalhistas;

f) «Garantia legal», qualquer compromisso ou declaração assumida por um vendedor ou por um produtor perante o consumidor, sem encargos adicionais para este, de reembolsar o preço pago, substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo de um bem de consumo, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na declaração de garantia ou na respectiva publicidade;

g) «Garantia voluntária», qualquer compromisso ou declaração, de carácter gratuito ou oneroso, assumido por um vendedor, por um produtor ou por qualquer intermediário perante o consumidor, de reembolsar o preço pago, substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo de um bem de consumo, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na declaração de garantia ou na respectiva publicidade;

h) «Reparação», em caso de falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o contrato.

Artigo 2.º

Conformidade com o contrato

1 – O vendedor tem o dever de entregar ao consumidor bens que sejam conformes com o contrato de compra e venda.

2 – Presume-se que os bens de consumo não são conformes com o contrato se se verificar algum dos seguintes factos:

a) Não serem conformes com a descrição que deles é feita pelo vendedor ou não possuírem as qualidades do bem que o vendedor tenha apresentado ao consumidor como amostra ou modelo;

b) Não serem adequados ao uso específico para o qual o consumidor os destine e do qual tenha informado o vendedor quando celebrou o contrato e que o mesmo tenha aceite;

c) Não serem adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo;

d) Não apresentarem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que o consumidor pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo vendedor, pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.

3 – Não se considera existir falta de conformidade, na acepção do presente artigo, se, no momento em que for celebrado o contrato, o consumidor tiver conhecimento dessa falta de conformidade ou não puder razoavelmente ignorá-la ou se esta decorrer dos materiais fornecidos pelo consumidor.

4 – A falta de conformidade resultante de má instalação do bem de consumo é equiparada a uma falta de conformidade do bem, quando a instalação fizer parte do contrato de compra e venda e tiver sido efectuada pelo vendedor, ou sob sua responsabilidade, ou quando o produto, que se prevê que seja instalado pelo consumidor, for instalado pelo consumidor e a má instalação se dever a incorrecções existentes nas instruções de montagem.

Artigo 3.º

Entrega do bem

1 – O vendedor responde perante o consumidor por qualquer falta de conformidade que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

2 – As faltas de conformidade que se manifestem num prazo de dois ou de cinco anos a contar da data de entrega de coisa móvel corpórea ou de coisa imóvel, respectivamente, presumem-se existentes já nessa data, salvo quando tal for incompatível com a natureza da coisa ou com as características da falta de conformidade.

Artigo 4.º

Direitos do consumidor

1 – Em caso de falta de conformidade do bem com o contrato, o consumidor tem direito a que esta seja reposta sem encargos, por meio de reparação ou de substituição, à redução adequada do preço ou à resolução do contrato.

2 – Tratando-se de um bem imóvel, a reparação ou a substituição devem ser realizadas dentro de um prazo razoável, tendo em conta a natureza do defeito, e tratando-se de um bem móvel, num prazo máximo de 30 dias, em ambos os casos sem grave inconveniente para o consumidor.

3 – A expressão «sem encargos», utilizada no n.º 1, reporta-se às despesas necessárias para repor o bem em conformidade com o contrato, incluindo, designadamente, as despesas de transporte, de mão-de-obra e material.

4 – Os direitos de resolução do contrato e de redução do preço podem ser exercidos mesmo que a coisa tenha perecido ou se tenha deteriorado por motivo não imputável ao comprador.

5 – O consumidor pode exercer qualquer dos direitos referidos nos números anteriores, salvo se tal se manifestar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.

6 – Os direitos atribuídos pelo presente artigo transmitem-se a terceiro adquirente do bem.

Artigo 5.º

Prazo da garantia

1 – O comprador pode exercer os direitos previstos no artigo anterior quando a falta de conformidade se manifestar dentro de um prazo de dois ou [de] cinco anos a contar da entrega do bem, consoante se trate, respectivamente, de coisa móvel ou imóvel.

2 – Tratando-se de coisa móvel usada, o prazo previsto no número anterior pode ser reduzido a um ano, por acordo das partes.

3 – (Revogado)

4 – (Revogado)

5 – (Revogado)

6 – Havendo substituição do bem, o bem sucedâneo goza de um prazo de garantia de dois ou de cinco anos a contar da data da sua entrega, conforme se trate, respectivamente, de bem móvel ou imóvel.

7 – O prazo referido no n.º 1 suspende-se, a partir da data da denúncia, durante o período em que o consumidor estiver privado do uso dos bens.

Artigo 5.º-A

Prazo para exercício de direitos

1 – Os direitos atribuídos ao consumidor nos termos do artigo 4.º caducam no termo de qualquer dos prazos referidos no artigo anterior e na ausência de denúncia da desconformidade pelo consumidor, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Para exercer os seus direitos, o consumidor deve denunciar ao vendedor a falta de conformidade num prazo de dois meses, caso se trate de bem móvel, ou de um ano, se se tratar de bem imóvel, a contar da data em que a tenha detectado.

3 – Caso o consumidor tenha efectuado a denúncia da desconformidade, tratando-se de bem móvel, os direitos atribuídos ao consumidor nos termos do artigo 4.º caducam decorridos dois anos a contar da data da denúncia e, tratando-se de bem imóvel, no prazo de três anos a contar desta mesma data.

4 – O prazo referido no número anterior suspende-se durante o período em que o consumidor estiver privado do uso dos bens com o objectivo de realização das operações de reparação ou substituição, bem como durante o período em que durar a tentativa de resolução extrajudicial do conflito de consumo que opõe o consumidor ao vendedor ou ao produtor, com excepção da arbitragem.

5 – A tentativa de resolução extrajudicial do litígio inicia-se com a ocorrência de um dos seguintes factos:

- a) As partes acordem no sentido de submeter o conflito a mediação ou conciliação;
- b) A mediação ou a conciliação seja determinada no âmbito de processo judicial;
- c) Se constitua a obrigação de recorrer à mediação ou conciliação.

Artigo 6.º

Responsabilidade directa do produtor

1 – Sem prejuízo dos direitos que lhe assistem perante o vendedor, o consumidor que tenha adquirido coisa defeituosa pode optar por exigir do produtor a sua reparação ou substituição, salvo se tal se manifestar impossível ou desproporcionado tendo em conta o valor que o bem teria se não existisse falta de conformidade, a importância desta e a possibilidade de a solução alternativa ser concretizada sem grave inconveniente para o consumidor.

2 – O produtor pode opor-se ao exercício dos direitos pelo consumidor verificando-se qualquer dos seguintes factos:

- a) Resultar o defeito exclusivamente de declarações do vendedor sobre a coisa e sua utilização, ou de má utilização;
- b) Não ter colocado a coisa em circulação;

c) Poder considerar-se, tendo em conta as circunstâncias, que o defeito não existia no momento em que colocou a coisa em circulação;

d) Não ter fabricado a coisa nem para venda nem para qualquer outra forma de distribuição com fins lucrativos, ou não a ter fabricado ou distribuído no quadro da sua actividade profissional;

e) Terem decorrido mais de dez anos sobre a colocação da coisa em circulação.

3 – O representante do produtor na zona de domicílio do consumidor é solidariamente responsável com o produtor perante o consumidor, sendo-lhe igualmente aplicável o n.º 2 do presente artigo.

4 – (Revogado)

5 – (Revogado)

Artigo 7.º

Direito de regresso

1 – O vendedor que tenha satisfeito ao consumidor um dos direitos previsto no artigo 4.º bem como a pessoa contra quem foi exercido o direito de regresso gozam de direito de regresso contra o profissional a quem adquiriram a coisa, por todos os prejuízos causados pelo exercício daqueles direitos.

2 – O disposto no n.º 2 do artigo 3.º aproveita também ao titular do direito de regresso, contando-se o respectivo prazo a partir da entrega ao consumidor.

3 – O demandado pode afastar o direito de regresso provando que o defeito não existia quando entregou a coisa ou, se o defeito for posterior à entrega, que não foi causado por si.

4 – Sem prejuízo do regime das cláusulas contratuais gerais, o acordo pelo qual se exclua ou limite antecipadamente o exercício do direito de regresso só produz efeitos se for atribuída ao seu titular uma compensação adequada.

Artigo 8.º

Exercício do direito de regresso

1 – O profissional pode exercer o direito de regresso na própria acção interposta pelo consumidor, aplicando-se com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 329.º do Código de Processo Civil.

2 – O profissional goza do direito previsto no artigo anterior durante cinco anos a contar da entrega da coisa pelo profissional demandado.

3 – O profissional deve exercer o seu direito no prazo de dois meses a contar da data da satisfação do direito ao consumidor.

Artigo 9.º

Garantias voluntárias

1 – *(Revogado)*

2 – A declaração de garantia deve ser entregue ao consumidor por escrito ou em qualquer outro suporte duradouro a que aquele tenha acesso.

3 – A garantia, que deve ser redigida de forma clara e concisa na língua portuguesa, contém obrigatoriamente as seguintes menções:

a) Declaração de que o consumidor goza dos direitos previstos no presente decreto-lei, e na demais legislação aplicável, e de que tais direitos não são afectados pela garantia;

b) A informação sobre o carácter gratuito ou oneroso da garantia e, neste último caso, a indicação dos encargos a suportar pelo consumidor;

c) Os benefícios atribuídos ao consumidor por meio do exercício da garantia, bem como as condições para a atribuição destes benefícios, incluindo a enumeração de todos os encargos, nomeadamente aqueles relativos às despesas de transporte, de mão-de-obra e de material, e ainda os prazos e a forma de exercício da mesma;

d) Duração e âmbito espacial da garantia;

e) Firma ou nome e endereço postal, ou, se for o caso, electrónico, do autor da garantia que pode ser utilizado para o exercício desta.

4 – Salvo declaração em contrário, os direitos resultantes da garantia transmitem-se para o adquirente da coisa.

5 – A violação do disposto nos n.os 2 e 3 do presente artigo não afecta a validade da garantia, podendo o consumidor continuar a invocá-la e a exigir a sua aplicação.

Artigo 10.º

Imperatividade

1 – Sem prejuízo do regime das cláusulas contratuais gerais, é nulo o acordo ou cláusula contratual pelo qual antes da denúncia da falta de conformidade ao vendedor se excluam ou limitem os direitos do consumidor previstos no presente diploma.

2 – É aplicável à nulidade prevista no número anterior o disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho.

Artigo 11.º

Limitação da escolha de lei

Se o contrato de compra e venda celebrado entre profissional e consumidor apresentar ligação estreita ao território dos Estados membros da União Europeia, a escolha, para reger o contrato, de

uma lei de um Estado não membro que se revele menos favorável ao consumidor não lhe retira os direitos atribuídos pelo presente decreto-lei.

Artigo 12.º

Acções de informação

A Direcção-Geral do Consumidor deve promover acções destinadas a informar[,] e deve incentivar as organizações profissionais a informarem[,] os consumidores dos direitos que para eles resultam do presente decreto-lei.

Artigo 12.º -A

Contra-ordenações

1 – Constituem contra-ordenações puníveis com a aplicação das seguintes coimas:

- a) De € 250 a € 2500 e de € 500 a € 5000, consoante o infractor seja pessoa singular ou pessoa colectiva, a violação do disposto no n.º 2 do artigo 4.º;
- b) De € 250 a € 3500 e de € 3500 a € 30 000, consoante o infractor seja pessoa singular ou pessoa colectiva, a violação do disposto no n.º 3 do artigo 9.º.

2 – A negligência e a tentativa são puníveis, sendo os limites mínimo e máximo das coimas aplicáveis reduzidos a metade.

Artigo 12.º-B

Sanções acessórias

1 – Quando a gravidade da infracção o justifique, podem ainda ser aplicadas, nos termos do regime geral das contra-ordenações, as seguintes sanções acessórias:

- a) Encerramento temporário das instalações ou estabelecimento[s];
- b) Interdição do exercício da actividade;
- c) Privação do direito a subsídio ou [a] benefício outorgado por entidade ou serviço público.

2 – As sanções referidas no número anterior têm uma duração máxima de dois anos contados a partir da data da decisão condenatória definitiva.

Artigo 12.º-C

Fiscalização e instrução dos processos de contra-ordenação

1 – Compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) fiscalizar a aplicação do disposto no presente decreto-lei, bem como instruir os processos de contra-ordenação previstos no artigo 12.º-A.

2 – Compete à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade (CACMEP) a aplicação das respectivas coimas e sanções acessórias.

3 – A receita das coimas reverte em:

- a) 60 % para o Estado;
- b) 30 % para a ASAE;
- c) 10 % para a CACMEP.

4 – A CACMEP comunica ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., as decisões condenatórias, convertidas em definitivas ou transitadas em julgado, que condenem a empresa de construção pela prática da contra-ordenação prevista na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 12.º-A, bem como aquelas que condenem a empresa de construção, ou qualquer outra entidade que exerça a actividade cuja regulação ou fiscalização incumba àquele Instituto, nas sanções acessórias previstas no artigo anterior.

Artigo 13.º

Alterações à Lei de Defesa dos Consumidores

Os artigos 4.º e 12.º da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

(...)

Artigo 14.º

Entrada em vigor

1 – O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, sem prejuízo do disposto no n.º 2.

2 – As normas previstas no artigo 9.º entram em vigor 90 dias após a publicação deste